

HABEAS CORPUS Nº 564.169 - SC (2020/0050593-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : ROGERIO RISTOW E OUTRO
ADVOGADOS : ROGÉRIO RISTOW - SC013196
DANIEL FARIA ISFER DE LIMA - SC050858
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOAO MATHEUS DA GAMA GONCALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOAO MATHEUS DA GAMA GONCALVES, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina assim ementado (fls. 40/41):

PRÁTICA, EM TESE, DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 33 E 35 DA LEI N. 11.343/06, ART. 2º DA LEI N. 10.850/13 E ART. 14 DA LEI N. 10.826/03 - PRISÃO PREVENTIVA - PREENCHIDOS OS PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP - PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - NEGATIVA DE AUTORIA - MATÉRIA DE MÉRITO - NÃO CONHECIMENTO.

A autoria delitiva envolve questão de mérito e não pode ser discutida na via estreita do *writ*, que não admite aprofundado exame de provas ou dilação probatória.

NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - GRAVIDADE CONCRETA DOS FATOS FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

"Este Supremo Tribunal assentou ser idônea a custódia cautelar, independente das condições subjetivas favoráveis ao paciente, quando presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal pelas circunstâncias concretas do delito, notadamente o *modus operandi* e a quantidade de droga apreendida" (STF, Min. Cármen Lúcia).

PRIMARIEDADE, RESIDÊNCIA FIXA E OCUPAÇÃO LÍCITA - CIRCUNSTÂNCIAS QUE NÃO OBSTAM O INDEFERIMENTO DO PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA.

"Predicados do acusado, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa não justificam, por si sós, a revogação da custódia processual, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema" (STJ, Min. Laurita Vaz).
FIXAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP - INSUFICIÊNCIA, NO CASO.

"Incabível a aplicação de cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal quando a segregação encontra-se justificada para acautelar o meio social, diante da gravidade efetiva dos delitos" (STJ, Min. Jorge

Mussi).

WRIT PARCIALMENTE CONHECIDO E ORDEM DENEGADA.

O paciente foi preso em flagrante em 12/12/2019, convertido em preventiva, sendo denunciado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei 11.343/2006 e 2º, § 2º, da Lei 12.850/2013.

No presente *writ*, os impetrantes argumentam, em suma, que inexistem nos autos prova de que o paciente integre uma organização criminosa, de igual modo, em relação à associação para o tráfico, aduzindo, ainda, ausência dos requisitos do art. 312 do CPP e requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo *não conhecimento do writ e, ultrapassada a preliminar, pela denegação da ordem*.

Na origem, o processo n. 5007553-73.2019.8.24.0011 encontra-se em fase de instrução com audiência designada para o dia 1/4/2020, conforme informações processuais enviadas pelo Tribunal *a quo* (fl. 118).

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 19/23):

Como ponto de partida, vale registrar que as infrações penais apuradas possuem pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos, de modo a incidir o permissivo do art. 313, I, do CPP. Ainda, observa-se que Renan é multireincidente, o que autoriza a incidência do inciso II do mesmo artigo. No mais, há nos autos prova da materialidade, sobretudo pelo teor do boletim de ocorrência, auto de exibição e apreensão e auto de constatação preliminar, que atestou a presença de cannabis sativa e cocaína nas substâncias apreendidas. De igual modo, pairam sobre os autuados robustos indícios de autoria, o que se verifica da própria conjuntura que permeou as prisões – abordagem na posse de considerável quantidade e diversidade de

entorpecentes, além de armas, munições e balança de precisão, bem demonstrada pelas palavras dos policiais responsáveis pela abordagem. Presente, pois, o *fumus commissi delicti*, **tem-se que a imposição da medida extrema de prisão preventiva é de rigor, notadamente porque os elementos coligidos evidenciam o periculum libertatis, representado pelo risco concreto de reiteração criminosa caso os autuados tenham a liberdade restabelecida, mormente pelos indicativos de que realizam o tráfico de drogas de maneira estruturada e já conhecida pelos usuários e moradores da localidade, o que denota suas altas periculosidades e risco à garantia da ordem pública, sobretudo pelo fato de os agentes públicos terem relatado que receberam várias denúncias acerca da mercância espúria exercida naquela localidade. Além disso, tem-se considerável quantidade de crack apreendida na posse dos conduzidos, droga altamente perniciosa, e o relato de Lucas no sentido de transportava a substância a mando de Renan para abastecer as "biqueiras", autorizando a conclusão indiciária de que havia intensa comercialização de entorpecentes por eles, o que é um forte indicativo de que estariam abastecendo vários pontos de tráfico da região, fomentando o consumo de drogas, também em razão de não terem comprovado labor lícito nos autos. Importante ainda consignar, que os agentes públicos lograram êxito em apreender várias cartas que denotam que os conduzidos são filiados a uma Fação Criminosa da região, o que eleva ainda mais suas periculosidades, posto que inclusive exerceriam possível cargo de liderança, e cujo teor é altamente comprometedor. Além disso, tenho a periculosidade dos agentes também se mostra elevada em razão de terem sido apreendidas duas armas de fogo, as quais poderiam ser usadas para o cometimento de ilícitos de maior gravidade ou para inibir possíveis usuários ou moradores do local a revelarem o intenso comércio espúrio havido na região. Outrossim, observa-se que Renan é multireincidente e já foi condenado duas vezes por crime de roubo nesta Comarca, onde cumpre pena em regime aberto. Já Jeiciane e João Matheus respondem a processos por crime de receptação dolosa e João também por posse de drogas para consumo pessoal, sendo que mesmo assim não hesitaram em novamente envolver-se com a senda criminosa, o que demonstra que soltos, encontrarão novos estímulos que os colocarão no caminho do crime. Logo, **verifica-se a gravidade concreta dos delitos, traduzida pela quantidade expressiva e diversidade de drogas apreendidas, bem como a periculosidade dos agentes demonstrada pela apreensão de armas, possível envolvimento com facção criminosa PGC e altíssima probabilidade de que voltem a delinquir, fatores concretos que indicam suficientemente a necessidade da segregação cautelar com vistas à garantia da ordem pública.** Neste sentido: [...]**

Como já adiantado no exame da liminar, o decreto prisional tem fundamento que considera-se válido, evidenciado na gravidade do crime, em razão das circunstâncias fáticas, *traduzida pela quantidade expressiva e diversidade de drogas apreendidas, bem como a periculosidade dos agentes*

demonstrada pela apreensão de armas, possível envolvimento com facção criminosa PGC e altíssima probabilidade de que voltem a delinquir, fatores concretos que indicam suficientemente a necessidade da segregação cautelar com vistas à garantia da ordem pública.

Consta ainda na decisão de prisão o risco de reiteração criminosa, haja vista que o paciente responde a outro processo pelo crime de receptação.

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator